

Corrida de obstáculos

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, está inovando na condução da política econômica: enquanto seus antecessores na pasta procuravam manter em sigilo as medidas que pretendiam adotar, ele deseja anunciar, com grande antecedência, uma política de indexação total, que somente poderá ser aplicada se se conseguir do Congresso a aprovação do Orçamento para 1994. Essa aprovação depende de outra, a de uma reforma constitucional dificilmente executável antes de fevereiro. Armou-se assim uma perigosa bomba: o que poderia ocorrer até que se obtenha tal segurança?

O modelo articulado no laboratório dos pais do Plano Cruzado é simples na essência, mas muito complexo quanto à sua aplicação. Já por diversas vezes tivemos a oportunidade de lembrar que ele tem por fundamento a teoria da inflação inercial, segundo a qual a inflação existe hoje por ter existido ontem. Assim, o que se objetiva é desatrelar o sistema de preços da inflação passada e promover a recuperação da fé na moeda nacional, dando-lhe como base a inflação futura. Ao que se sabe, até hoje nenhum país egresso de uma hiperinflação (e o Brasil é certamente o que mais tempo conviveu com esta, aqui apenas camuflada por um sistema de indexação) conseguiu deixá-la sem ter recorrido a uma nova moeda para substituição da antiga, desmoralizada. Havia numerosas opções para atingir tal objetivo. A

equipe de Fernando Henrique Cardoso escolheu a que é, aparentemente, a mais simples e também mais flexível: uma indexação generalizada progressiva e voluntária, sustentada por uma taxa cambial relativa a uma cesta de moedas estrangeiras, a ser fixada diariamente pelas autoridades monetárias em função da inflação futura, que tenderá para zero, desde que se afastem, conforme pretende o Planalto, todos os fatores de elevação de preços (déficit público, excesso da demanda, insuficiência da oferta). Bastará apenas ao governo utilizar o seu indexador, denominado Unidade de Referência (UR), para que toda a economia seja indexada, mas a um índice que permanecerá fixo (em dólar), eliminando-se assim a inflação.

Os senadores "tucanos", os primeiros a ser informados acerca da nova política, demonstraram que um sistema aparentemente tão simples seria muito complexo na realidade. Basta verificar que deram três explicações diferentes da base do indexador para que se perceba a existência, ainda, de numerosos problemas a resolver.

O indexador, efetivamente, é o pivô do sistema. Como fixá-lo? Procura-se atrelá-lo à taxa cambial, mas, para que seja um instrumento

de desindexação no quadro de uma indexação generalizada, será necessário que fique abaixo dos outros índices, que, ao que se pretende, poderão ser publicados. Pode-se imaginar o quanto, num país tão acostumado à correção monetária baseada na inflação passada, será difícil optar pela futura fixada pelo governo.

É verdade que a certeza de obter-se um Orçamento equilibrado poderá levar os agentes econômicos a aceitar o plano. Ocorre que os próprios membros do PSDB advertiram Fernando Henrique Cardoso de que não será muito fácil conseguir o apoio do Congresso. Sem isso, na verdade, não se terá a nova política, o que leva o ministro a avisar que a única alternativa será a hiperinflação...

Mesmo admitindo-se que, por milagre ou excepcional demonstração de patriotismo por parte dos parlamentares, se consiga um Orçamento equilibrado no conceito operacional — fato que ocorre em muito poucos países no mundo de hoje... —, o governo terá de vencer outro obstáculo: a fixação dos salários. Ficou explícito que tanto os funcionários públicos quanto os sindicatos operários do setor privado não admitem um reajuste pela média, mas pelo pico. Conseguirá o ministro Fernando Henrique Cardoso, com toda a sua simpatia,

convencer a classe operária de que deverá aceitar uma moeda indexada que, na sua fase inicial, poderá ser vista como menos vantajosa do que a nossa velha moeda?

Uma demanda crescente, numa economia que não fez investimentos durante dez anos, logo poderá desencadear uma inflação, mesmo na moeda indexada, que perderia suas virtudes mágicas. Pode-se imaginar também que fatores exógenos (queda da produção agrícola, distúrbios internacionais etc...) são capazes de afetar a demanda e favorecer uma alta de preços na moeda indexada. Tudo indica que na sua primeira fase — a passagem progressiva da velha moeda à nova

— a taxa de juros deverá ficar muito elevada. Assim, não somente será difícil vencer logo a recessão, como é também difícil evitar que a taxa elevada de juros passe a ser interpretada como a crença do governo em uma inflação futura ainda alta.

Ao se apressar em divulgar um plano talvez pouco executável, o ministro Fernando Henrique Cardoso abre as portas a discussões e dúvidas que tiram do seu programa a sedução e a eficácia da novidade.

**O Plano FHC2
deve enfrentar
obstáculos difíceis
de vencer, antes
de debelar a
inflação**